



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA**

PORTARIA Nº 4, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

O Procurador da República que esta subscreve, em exercício na Procuradoria da República em Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal (artigo 129, incisos II, III e VI, da CF; artigos 6º, inciso VII, 7º, inciso I, 8º, incisos II, V, VII e VIII, e 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/93; [Resolução nº 87/06](#) do Conselho Superior do Ministério Público Federal e [Resolução nº 23/07](#) do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO os elementos que instruem o procedimento preparatório nº 1.18.000.000797/2015-40, autuado com a finalidade de apurar ações ou omissões ilícitas do Município de Pontalina, referente à entrega de unidades habitacionais do “Programa Minha Casa, Minha Vida” - PMCMV; e

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de diligências no sentido de colher informações, documentos e outros elementos aptos a alicerçar a atuação do Ministério Público Federal,

RESOLVE converter o procedimento preparatório nº 1.18.000.000797/2015-40 em inquérito civil, para apurar supostas ações ou omissões ilícitas do Município de Pontalina e da Caixa, especialmente sobre a distribuição de unidades habitacionais no Setor Carmério Ricardo;

DETERMINA:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, registrando-se o objeto investigado na capa dos autos e nos sistemas de controle de processos desta Procuradoria;

b) oficie-se à Caixa, acusando o recebimento do ofício nº 143/2015, datado de 18/12/2015 (fls. 48/49), e requisitando-lhe, novamente, cópia do contrato de repasse nº 0371369-81/2011, vinculado ao Município de Pontalina/GO; e

c) encaminhe-se cópia desta portaria à 1ª CCR, para conhecimento, inclusão na sua base de dados.

Após, à conclusão.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

AILTON BENEDITO DE SOUZA

[Publicada no DMPF-e, Brasília, DF, 15 jan. 2016. Caderno Extrajudicial, p. 11.](#)

MPF
Ministério Público Federal